

Formação dos Estados Modernos

Teoria

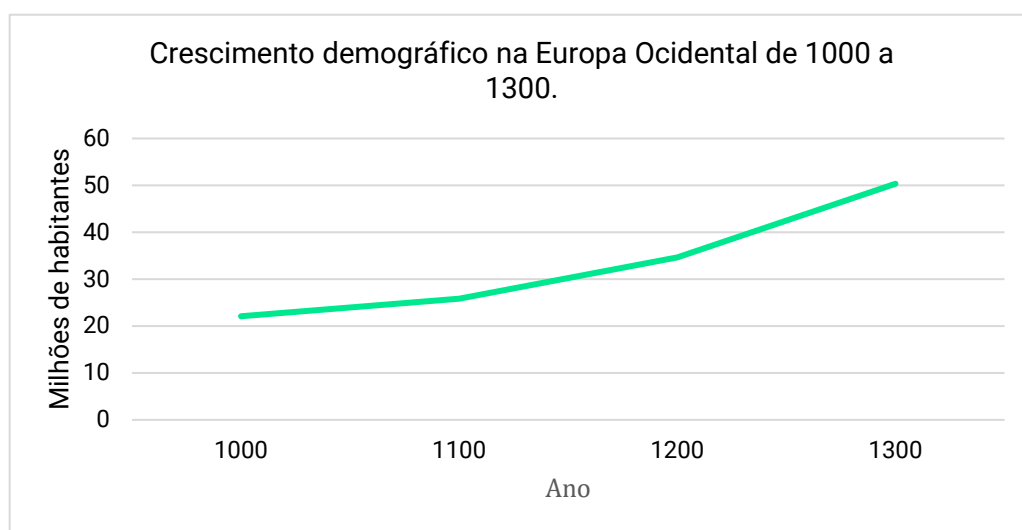
A Baixa Idade Média: Colapso

Apesar das invasões húngaras, árabes e vikings se manterem ao longo dos séculos IX e X, a Europa vivia nesse momento uma fase muito mais segura, se compararmos com as disputas territoriais do início da Alta Idade Média. Assim, neste contexto, além da redução dos ataques, algumas mudanças e práticas, como as inovações técnicas na agricultura, a manutenção de alianças entre os feudos e a proteção dos cavaleiros garantiu uma maior estabilidade para os senhores e servos.

Visto isso, é importante destacar que toda essa condição de melhoria na qualidade de vida garantiu também um **crescimento demográfico** neste período, ou seja, cada vez mais os feudos estavam lotados, sobretudo de servos camponeses. Toda essa situação nos leva a acreditar que o aumento demográfico poderia também ampliar a produção nos campos, mas, tome cuidado, pois a lógica foi inversa!

Apesar de **inovações técnicas** terem facilitado a produção agrícola ao longo da Idade Média, com os moinhos hidráulicos, os arados de ferro e as práticas de rotação de cultura, essas novidades foram insuficientes para garantir uma produção que atendesse às necessidades da população desses séculos. Além disso, o aumento populacional e a ampliação da produção demandavam também uma maior carga tributária, o que muitas vezes não animava os servos a ampliarem as produções.

Portanto, este cenário de altos tributos, exploração, violência e desigualdades provocou um deslocamento de massas de camponeses e cavaleiros que, expulsos de suas terras, passaram a vagar entre feudos ou a vadiar em busca de trabalhos temporários e pequenos saques. Esse processo de crescimento demográfico e de êxodo marcou o início da chamada Baixa Idade Média e deu origem ao que conhecemos como a **crise do feudalismo**.



(Fonte: FRANCO Jr., Hilário e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. Atlas de História Geral. São Paulo: Scipione, 1993, p.23.)

Assim, tendo em vista esse cenário, além da miséria europeia, um outro problema surgia no Oriente para os nobres e clérigos europeus: a expansão árabe. Visto isso, por volta do ano 1000, uma série de expedições militares conhecidas como **Cruzadas** foram financiadas por monarcas, senhores feudais e pela própria Igreja Católica. As cruzadas, portanto, tinham como objetivo reconquistar a cidade sagrada de Jerusalém (dominada pelos turcos desde o século VII), expandir a fé cristã e, por fim, resolver o problema do crescimento demográfico e da miséria que se instalou na Europa.

Ainda que as cruzadas não tenham solucionado muitos desses problemas, sobretudo o da quantidade de miseráveis vagantes, as expedições ao longo da Europa, sobretudo na região do Mediterrâneo, foram responsáveis pela expansão da fé cristã, pela **abertura de antigas rotas comerciais** (dominadas pelos árabes) e pelo **ressurgimento das cidades**, que se tornaram importantes postos comerciais e de defesa. As cruzadas, portanto, abriram caminhos para o acesso a importantes centros comerciais da região, como Veneza, Gênova e até mesmo Constantinopla. Visto isso, podemos perceber que as cruzadas foram fundamentais para desenvolver um processo que já se iniciava há anos na Europa, o de **renascimento comercial e urbano**.



Assim, tendo em vista todo esse cenário da Baixa Idade Média, cansados das opressões feudais e sem perspectivas vagando em territórios isolados, muitos **servos e camponeses** se deslocaram para a vida nas pequenas cidades que se formavam, trabalhando como artesãos ou comerciantes e estimulando a realização de feiras e do comércio.

Essa nova vida promoveu, enfim, a possibilidade de uma **ascensão econômica** para muitas pessoas que passaram a depender dessas atividades. A poderosa estrutura comercial que se estabeleceu possibilitou inclusive o enriquecimento de indivíduos, que passaram a empregar outros funcionários de forma assalariada, controlar rotas comerciais, dominar o mercado e, conseqüentemente, fortalecer uma nova classe que ascendia: a **burguesia**. Assim, com o tempo, a monetarização da economia, o estabelecimento de novas relações sociais e o desenvolvimento de novas atividades comerciais, enfraqueceu ainda mais o antigo sistema feudal.



O outono da Idade Média

Se a crença na chegada iminente do fim do mundo assolava os cristãos durante o ano 1000, **a crise do século XIV** representou para a Europa quase um apocalipse atrasado. Durante este século, a população europeia enfrentou não só as guerras que já estava acostumada, mas também sofreu com a avassaladora fome e com catastrófica epidemia da peste bubônica.

Para entendermos essa crise do século XIV, vale destacar que diversos são os motivos para a fome, para as guerras e as doenças. Em 1315, por exemplo, **intensas chuvas** no noroeste da Europa dificultaram a produção agrícola da região, causando uma crise de abastecimento no continente. Para piorar, alguns anos depois os alimentos e produtos que atravessavam as novas rotas comerciais começaram a sofrer com o bloqueio dos caminhos ocasionado por batalhas, como a Guerra dos Cem anos, entre 1337 e 1453. Esse cenário caótico de más colheitas e bloqueio comercial acabou gerando **a chamada grande fome do século XIV**.

Assim, com a fome e as guerras assolando a maior parte da Europa, um novo problema também surgiu neste período para ampliar o número de mortos e devastar cerca de 1/3 da população europeia: a **peste bubônica**. Na época, com uma medicina incipiente e com poucos estudos sobre a questão, não havia medicamentos ou tratamentos eficazes contra a doença e nem mesmo uma informação precisa sobre os motivos reais da epidemia, sendo assim, genericamente associada à grande população de ratos que circulavam pelas cidades reocupadas. No entanto, a verdadeira causa da peste, descoberta graças aos estudos da microbiologia no século XIX, estaria nas pulgas de ratos, que transmitiam a doença.

Visto isso, se não bastasse essa conjuntura de fome, doenças, guerras e mortes, os servos no campo ainda continuaram sofrendo com a exploração. Por conta da crise, os senhores feudais aumentavam constantemente o valor dos impostos sobre os camponeses a fim de suprir a diminuição de seus ganhos em decorrência da peste e da baixa produtividade.

Desta forma, nesse caótico cenário do século XIV, a crise, a miséria e a exploração acabaram sendo o estopim para diversas revoltas na Europa e, naturalmente, para a continuidade do desgaste do próprio feudalismo. Um grande exemplo dessas revoltas que apavorou senhores feudais foram as chamadas *jacqueries*, que estouraram no norte da França em 1358. Cerca de 20 mil camponeses foram mortos pelo exército francês após se rebelarem contra as opressões sofridas e contra os problemas que abatiam a população local.

Todo esse contexto vai gerar um clima de insegurança nos então senhores feudais, que começaram a se assustar com as constantes revoltas camponesas. Assim, alguns passam a ceder gradualmente o seu poder e sua fidelidade a figura do rei (sim, ele mesmo, aquele que quase não possuía poder político) com o intuito de proteger suas terras. Além disso, a ascensão da burguesia e o seu interesse na expansão comercial vai mostrar como o feudalismo havia entrado em colapso e que ele, na verdade, não dava mais conta das **transformações** que ganhavam cada vez mais força na sociedade.

Assim, mediante ao caos em que a Europa se encontrava, a alternativa encontrada pela nobreza e pela alta burguesia com o intuito de manter seus interesses e privilégios foi o de **centralizar o poder** nas mãos de uma única pessoa – o Rei. A figura do monarca até então não possuía grande expressão de poder político, uma vez que a sua autoridade estava diluída entre os nobres que possuíam os títulos de senhores feudais e muitas vezes o mesmo só concentrava poderes militares.

Desta forma, diversos territórios ao longo da Europa realizaram esse movimento de centralização, com apoio de nobres e burgueses, que sustentaram a formação de grandes reinos que conhecemos como os **Estados Modernos**, governados por monarcas.

Alguns fatores foram essenciais para a consolidação desses Estados que tinham características em comum, como:

- **Delimitação de um território:** definição de fronteiras e de uma unidade territorial.
- **Criação de um exército nacional:** para defender os interesses do Estado recém-formado e garantir a sua soberania.
- **Burocracia administrativa:** corpo responsável pela administração pública, pela cobrança de impostos e pelo aparato administrativo.
- **Unidade cultural:** elementos culturais em comum que possibilitaram uma identificação entre os diversos grupos que ocupavam o mesmo espaço.
- **Criação de um conjunto de leis:** possibilitaram a manutenção da ordem e a aplicação de uma justiça na qual as pessoas pudessem recorrer.
- **Um Monarca:** que concentrava em suas mãos o poder sobre o território.

Como visto, o acordo entre diferentes grupos possibilitou a formação desses Estados Modernos, no entanto, nem todos se privilegiaram com a nova configuração política. Os nobres foram os que mais ganharam, pois se transformaram na base política dessas monarquias, ocupando cargos de confiança e sendo sustentados por esse Estado que está nascendo. A Igreja Católica, no entanto, apesar de inicialmente apoiar esse processo, logo perdeu forças graças à expansão da Reforma Protestante e ao fortalecimento dos monarcas, pois muitos Estados passaram a adotar religiões próprias e se afastar do catolicismo, diminuindo a influência do Papa.

A burguesia, por sua vez, também apoiou o rei inicialmente e chegou a lucrar com expedições militares e comerciais. Entretanto, ao longo dos séculos XVI e XVII a centralização do poder passou a se aprofundar ainda mais em alguns reinos como a França, construindo regimes extremamente autoritários que ficaram conhecidos como **absolutistas**. Assim, o chamado absolutismo foi uma teoria política que configurou a forma de muitos monarcas governarem, concedendo a eles poderes quase absolutos. O rei absolutista, portanto, tornava-se em muitos locais uma figura quase uma encarnação do próprio Estado, intervindo diretamente na vida dos súditos, na economia e nas decisões políticas.



Assim, para a burguesia, o surgimento do absolutismo e essa constante intervenção do rei nas práticas burguesas, no mercado, na vida particular e nas liberdades pessoais passou a incomodar profundamente essa classe com o tempo.

Vale destacar que esse poder absoluto do rei, no entanto, possui algumas especificidades. O primeiro ponto a ser destacado é que para ser entendido como um “poder natural” pelos súditos, os monarcas precisavam construir e difundir discursos que confirmassem essa ideia. Logo, durante a Idade Moderna vários pensadores surgiram com o intuito de teorizar sobre os ideais absolutistas corroborando com a ideia de uma sociedade disciplinada e sob o controle de um único líder.

Desta forma, teóricos como Thomas Hobbes, com a “Teoria do Contrato Social”, Nicolau Maquiavel, com seu livro “O Príncipe” e Jacques Bossuet, com sua ideia do “Direito Divino do Rei” foram importantes nomes que fundamentaram e embasaram esses novos modelos de governabilidade. Além disso, as práticas absolutistas se fundamentavam na própria figura do rei no dia a dia.

Ou seja, para convencer os súditos de seus poderes e da sua divindade, o rei deveria sempre ser visto cercado por luxos e glórias, jamais por fraqueza e incapacidade. Visto isso, era fundamental sempre construir narrativas que glorificassem o monarca, pinturas que o mostrassem como um herói e realizar rituais que fortalecessem os aspectos de divindade, visando sempre a manutenção desse poder.

Mercantilismo

O período de transição da Baixa Idade Média para a Idade Moderna, como visto acima, marcou profundas mudanças na sociedade europeia. Assim, com as transformações políticas e sociais do período, o aumento exponencial da comercialização com a descoberta de novas rotas comerciais, a conquista de novos territórios e a própria centralização do poder nas mãos dos reis passaram a demandar novas ideias e práticas econômicas. Logo, é neste contexto que podemos observar a formação de um conjunto de práticas chamadas de **Mercantilismo**, que foi estruturado de forma a explorar as novas terras extraíndo o máximo de riquezas possíveis e proporcionando uma grande acumulação de capital, principalmente para a nobreza.

Visto isso, o mercantilismo está intimamente associado à Idade Moderna e ao próprio absolutismo. Portanto, apesar de não podermos afirmar que todos os reinos praticavam igualmente o mercantilismo ou que todos os monarcas defendiam ideias econômicas semelhantes, algumas características em comum podem ser observadas.



Primeiramente, vale destacar que o mercantilismo depende profundamente de um Estado forte e interventor que era o principal responsável pela exploração de um território conquistado e colonizado e quem monopolizava a prática comercial mantendo a colônia ligada diretamente a sua autoridade, sobretudo através de imposições, como o **“Exclusivo comercial”** (também chamado as vezes de Pacto Colonial).

Outra característica importante na economia desses Estados Modernos era a grande valorização dos metais preciosos. O chamado **metalismo**, portanto, foi a promoção de uma intensa busca por metais preciosos que, pelas ideias mercantilistas, eram vistos como uma das principais fontes de arrecadação e de abastecimento dos Estados.

Apesar dos metais serem considerados a principal fonte de riqueza, extraídas principalmente da América através da colonização, o comércio também tinha uma função fundamental na manutenção dessa riqueza. Logo, para um Estado manter uma saúde econômica, além do acúmulo de metais era preciso valorizar a produção interna e a exportação. Assim, as práticas mercantilistas defendiam a adoção de medidas **protecionistas**, como aumento de impostos sobre produtos estrangeiros e a valorização de uma **balança comercial favorável**, visando regular as importações e exportações a fim de controlar o fluxo de mercadorias dentro de suas fronteiras.

Assim, o mercantilismo, conhecido também por alguns autores como “capitalismo comercial”, difundiu-se pela Europa, estabelecendo-se principalmente em regiões como Gênova, Veneza, Holanda, Portugal, França, Inglaterra e Espanha. Apesar do Estado e do monarca serem os grandes privilegiados por esse sistema econômico, inicialmente expansão comercial também chegou a beneficiar a **burguesia**. No entanto, com o passar dos séculos, assim como o absolutismo passou a restringir as liberdades e a limitar os poderes da burguesia, o mercantilismo também se tornou um entrave econômico para os interesses dessa classe, que passaram a não tolerar mais o protecionismo, o monopólio e as intervenções na economia.

Enfim, é importante ressaltar que a escravidão africana e o tráfico negreiro proveniente da colonização e da expansão marítima também foram fontes de arrecadação de extrema importância para as monarquias nacionais.

O pioneirismo Português na formação dos Estados Modernos

Dentro do processo de formação das monarquias modernas, Portugal se destacou por concretizar a sua unificação de forma pioneira. Assim, a centralização do Estado português possibilitou que ainda no século XIV se tornassem uma potência comercial e marítima.

Visto isso, antes de pensar a formação desse importante reino, vale destacar que antes da centralização, os reinos da Península Ibérica conviveram com grande parte do território ocupado por muçumanos desde a invasão árabe no século VIII. Assim, a saga pela constituição dos reinos de Portugal e Espanha começou com a própria retomada de seus territórios durante o que ficou conhecido como o processo de **Reconquista**.

Assim, entre o século VIII e o XV diversos conflitos foram deflagrados entre os monarcas católicos da região e os árabes, disputando justamente a hegemonia política, religiosa e econômica da região, que tinha suma importância por conta das rotas comerciais para o sul da Europa e o norte da África. Logo, apesar de Portugal já ter conquistado a cidade do Faro, seu último território em 1249, foi apenas em 1492 que, enfim, os cristãos reconquistaram toda a península com a tomada do Reino de Granada.

Tendo em vista todo esse processo ao longo dos séculos, podemos perceber que os reinos da Península Ibérica visando se defender de possíveis novos avanços árabes, passaram a construir sistemas de defesa cada vez mais sólidos, assim como fortaleceram as alianças militares e familiares entre os reinos cristãos. Desta forma, ao longo das guerras de reconquistas, reinos como Aragão, Castela, Leão e Navarra surgiram.

Assim, foi neste cenário que nasceu o Reino de Portugal em 1139, através de uma cisão do Condado Portucal, que pertencia ao Reino de Leão. D. Afonso Henriques, portanto, proclamou-se rei de Portugal e iniciou a dinastia Borgonha, que teve fim apenas em 1383, com a morte de Fernando I, após grande sucesso na luta contra os árabes e na expansão territorial.

A realidade do fim da dinastia Borgonha, que não havia legado um herdeiro ao trono estabeleceu, portanto, uma crise de sucessão e atraiu o interesse expansionista de reinos vizinhos, como de Castela. Neste cenário de incertezas quanto ao futuro, com a possibilidade de ser anexado e temendo perder sua autonomia, alguns setores portugueses, como a burguesia e uma parte da nobreza, declararam seu apoio ao irmão bastardo do rei falecido, João – conhecido também como **Mestre de Avis**. A burguesia portuguesa que já se encontrava em um crescente sucesso econômico devido ao comércio no Mar Mediterrâneo e no Mar do Norte, proveu os recursos financeiros para a manutenção do Exército que garantiu vitória de Dom João.

Assim, a vitória portuguesa marcou o processo conhecido como a **Revolução de Avis**, que consolidou o poder monárquico em Portugal e unificou o país em torno da figura de Dom João I. O rei então iniciou uma política de favorecimento à expansão econômica dos burgueses, que mudaram de patamar ao levar a sua expansão para o Atlântico, abrindo caminho para novas rotas comerciais.

E a Espanha?

Até o século XV o território que virá a ser chamado de Reino da Espanha se encontrava descentralizado e dividido em diversos reinos e vice-reinos como Leão, Castela, Aragão e Granada (que ainda se encontrava em poder dos mouros). Com o casamento entre Fernando, rei de Aragão, e Isabel, sucessora no trono de Castela, a unificação começa a tomar forma após a morte do pai da herdeira e a decisão de unir as duas coroas. Conhecidos popularmente como os “Reis Católicos”, Fernando e Isabel firmaram um acordo com a Igreja Católica a fim de expulsar os árabes e os judeus do seu território criando assim um Tribunal do Santo Ofício - Inquisição – na região sob a responsabilidade da coroa.



Assim, os Reis Católicos promoveram uma caçada política e religiosa contra aqueles considerados inimigos durante o processo de Reconquista. Utilizada como um instrumento de controle, a Inquisição utilizou o terror como forma de subjugar todos aqueles que questionassem o poder da monarquia espanhola.

Com a conquista de Granada em 1492, o último reduto de mulçumanos na Península Ibérica, consolidou-se o Estado espanhol. Vale destacar que no mesmo ano, Cristóvão Colombo chegou às Américas, financiado pela coroa espanhola que rivalizava com a expansão portuguesa. Fatores importantes, como a Universidade de Salamanca, facilitaram a expansão marítima espanhola através do desenvolvimento de novas tecnologias marítimas e de estudos humanistas. Com as Grandes Navegações e a conquista de possessões no além-mar, a Espanha se tornou um dos maiores impérios comerciais do início da Era Moderna.

A monarquia a là francesa



O reino francês é considerado o primeiro a dar início ao processo de unificação política, porém essa centralização monárquica foi interrompida devido a uma série de conflitos com o reino inglês. Ainda no século X, sob o comando da Dinastia dos Capetíngios, medidas como a salvaguarda – mecanismo de proteção das cidades promovida pelo rei – iniciavam o aumento do poder em torno da figura do monarca.

Contudo, foi durante o reinado de Felipe II que de fato a centralização tomou consistência com a formação de uma burocracia administrativa instituída pelo monarca para a cobrança de impostos e assuntos econômicos.

Com Felipe IV (1285-1314) no poder, a expansão do poderio monárquico ficou ainda maior com a convocação dos Estados Gerais – uma assembleia composta pelo clero, pela nobreza e pela burguesia – e a aprovação da cobrança de impostos às propriedades da Igreja Católica. A decisão marcou o início de uma relação conturbada entre a Igreja e o reino francês, conhecida como “**Cisma do Ocidente**”, uma vez que o papa ameaçou excomungar o rei francês.

A **Guerra dos Cem Anos (1337 -1453)** entre a França e a Inglaterra foi um divisor de águas para ambas as coroas e seu resultado impulsionou o processo de unificação monárquica francesa. O interesse inglês em unir as duas coroas, sob o comando de Eduardo III, que se considerava o herdeiro direto do antigo rei, levou a Inglaterra a invadir o território francês após a morte de Felipe IV, conhecido como O Belo. O conflito estimulou a construção de um exército e a cobrança de impostos unificada para a sua manutenção na guerra contra os ingleses por territórios que pertenciam ao reino. A durabilidade do conflito também possibilitou a criação de um sentimento de pertencimento à população do território francês.

Com mais de cem anos de duração, a guerra foi composta por vitórias inglesas e francesas em momentos diferentes. Contudo, o conflito terminou com a expulsão dos ingleses do reino francês e com a garantia da unidade territorial. Terminada a guerra, a França consolida de vez a **centralização política na figura do rei** e, a partir da expansão do poder dessa monarquia ao longo dos próximos séculos, ela se torna o símbolo do absolutismo na Europa.

A Inglaterra e o absolutismo



Apesar de o absolutismo ter representado um regime político bem difundido pela Europa durante a Idade Moderna, na Inglaterra, esse modelo não obteve uma longa estabilidade como em outros Estados modernos do continente.

Assim como a França, a tentativa de centralização política ocorreu bem antes do início da Idade Moderna sob o comando de Guilherme, o Conquistador, no século XI. A imposição de impostos unificados e a obrigatoriedade do juramento de vassalagem diretamente ao rei foram ações que visavam a centralização do poder na mão do monarca inglês. Com a promulgação das Common Law – leis que valiam para todo o território – no reinado de *Henrique II* (1154-1189) ocorre a tentativa de recrudescimento desse poder.

Porém, como dito anteriormente, os ingleses não eram muito fãs do absolutismo. Assim, em 1215, a nobreza reage ao fortalecimento do poder do rei com a imposição da **Magna Carta**, ao rei conhecido como João Sem-Terra, limitando o poder real e frustrando as tentativas de centralização. A manutenção da fragmentação deste poder no início da Idade Moderna permitiu não só que as nobrezas regionais tivessem maior poder como a própria burguesia ascendesse economicamente.

Com a derrota para a França na Guerra dos Cem Anos, essa descentralização foi interrompida apenas no século XVI quando, após a **Guerra das Duas Rosas (1455 – 1485)**, entre as famílias York e Lancaster pelo trono inglês. Esse conflito foi responsável pelo enfraquecimento da nobreza e pela ascensão de Henrique VII, da **família Tudor** ao trono e, posteriormente, Henrique VIII (1509-1547), que deu corpo ao absolutismo inglês.

Apesar da postura centralizadora deste rei, o absolutismo não conseguiu se estabilizar na Inglaterra, gerando assim diversos **conflitos com o parlamento** e sendo muitas vezes responsável pelo crescimento das tensões religiosas. O momento mais sensível entre rei e parlamento, no entanto, se configurou com a dinastia Stuart, com Jaime I (1603 – 1625) e Carlos I (1625 – 1648), em um contexto conhecido pela **Revolução Inglesa**.

Exercícios

1. (ENEM-2009) O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.

(ELIAS, N. A sociedade de corte. Lisboa: Estampa, 1987.)

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é:

- a) o palácio de Versalhes.
 - b) o Museu Britânico.
 - c) a catedral de Colônia.
 - d) a Casa Branca.
 - e) a pirâmide do faraó Quéops.
2. (Enem, 2012) Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlamentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis. Declaração de Direitos.

(Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br> Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).)

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) Redução da influência do papa – Teocracia.
- b) Limitação do poder do soberano – Absolutismo.
- c) Ampliação da dominação da nobreza – República.
- d) Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
- e) Restrição da competência do congresso – Presidencialismo.

3. (FGV-2012) (...) entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão “razão de Estado”: o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um “no entanto”. Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.

(Leon Pomer, *O surgimento das nações*. Apud Adhemar Marques et al, *História Moderna através de textos*.)

No contexto apresentado, entre as “imunidades de que gozam certas classes”, é correto considerar

- a) os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.
 - b) a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.
 - c) a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.
 - d) os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.
 - e) o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.
4. (Enem, 2006) “O que chamamos de corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de criados de libré. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar”.

(Norbert Elias. *Mozart: sociologia de um gênio*. Ed. Jorge Zahar, 1995, p. 18 (com adaptações).)

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência a “classe média”, descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social a fim de:

- a) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º. Estado.
- b) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- c) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3.º Estado.
- d) distinguir, dentro do 3.º Estado, as condições em que viviam os “criados de libré” e os camponeses.
- e) comprovar a existência, no interior da corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

5. (Enem, 2015)



DUARTE, P. A. *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: UFSC, 2002.

As diferentes representações cartográficas trazem consigo as ideologias de uma época. A representação destacada se insere no contexto das Cruzadas por:

- a) Revelar aspectos da estrutura demográfica de um povo.
- b) sinalizar a disseminação global de mitos e preceitos políticos.
- c) utilizar técnicas para demonstrar a centralidade de algumas regiões.
- d) mostrar o território para melhor administração dos recursos naturais.
- e) refletir a dinâmica sociocultural associada à visão de mundo eurocêntrica.

6. (UEA, 2019) Em quase todos os lugares, o peso esmagador dos impostos — *taille* e *gabelle* na França, serviços na Espanha — recaía sobre os pobres. Não existia a concepção jurídica de “cidadão” sujeito ao fisco pelo simples fato de pertencer à nação. Na prática, a classe senhorial estava efetivamente isenta de taxaço direta, em toda a parte.

(Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, 2016.)

O excerto do livro *Linhagens do Estado absolutista* descreve:

- a) a legalização das desigualdades tributárias, típicas da sociedade pós-industrial.
- b) a exploração do operariado industrial, típica do capitalismo contemporâneo.
- c) a situação de privilégios sociais, típicos do Antigo Regime da Idade Moderna.
- d) a restrição à participação nas decisões políticas, típica da democracia antiga.
- e) a manutenção dos poderes políticos da nobreza, típicos do Feudalismo medieval

7. (Enem, 2010) “O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.”

(MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, São Paulo: Martin Claret, 2009.)

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na:

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
 - b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
 - c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
 - d) neutralidade diante da condenação dos servos.
 - e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.
8. (Enem, 2011) Se a mania de fechar, verdadeiros hábitos da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha. (DUBY, G. e t al. “Séculos XIV-XV”. In: ARIËS, P.; DUBY, G. *História da vida privada da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).)

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos. Este processo está diretamente relacionado com:

- a) o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- b) a migração de camponeses e artesãos.
- c) a expansão dos parques industriais e fabris.
- d) o aumento do número de castelos e feudos.
- e) a contenção das epidemias e doenças.

9. (Enem, 2012)



(Charge anônima. BURKE, P. A fabricação do rei. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. (Foto: Enem).)

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Neste sentido, a charge apresentada demonstra

- a) a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- b) a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta real, o privado.
- c) o vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei despretenso e distante do poder político.
- d) o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- e) a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

10. (Enem, PPL, 2017) O garfo muito grande, com dois dentes, que era usado para servir as carnes aos convidados, é antigo, mas não o garfo individual. Esta data mais ou menos do século XVI e difundiu-se a partir de Veneza e da Itália em geral, mas com lentidão. O uso só se generalizaria por volta de 1750.

(BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII; as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1977 (adaptado).)

No processo de transição para a modernidade, o uso do objeto descrito relaciona-se à:

- a) construção de hábitos sociais.
- b) introdução de medidas sanitárias.
- c) ampliação das refeições familiares.
- d) valorização da cultura renascentista.
- e) incorporação do comportamento laico.

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar estudando esse assunto?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista de exercícios extras.

Gabaritos

1. **A**
O Palácio de Versalhes é um dos maiores símbolos do período absolutista por ter sido durante séculos um luxuoso cenário para a corte francesa e para a tomada de decisões políticas.
2. **B**
O texto aborda a questão da limitação do poder monárquico na Inglaterra pelo parlamento e se refere também aos possíveis excessos do poder Real, que podiam ser observados na Europa do período através dos regimes absolutistas.
3. **E**
Na França do Antigo Regime, entre os séculos XV e XVIII, a monarquia absolutista reconhecia privilégios de alguns grupos sociais. Entre esses, a nobreza tinha imunidade fiscal e uma justiça particular. Tais privilégios são anulados com a Revolução Francesa. O fragmento utilizado como apoio para a questão mostra como a monarquia absolutista não foi exatamente absolutista, pois havia limitações ao seu poder.
4. **C**
Apesar de conviverem em relação de proximidade com a corte, os músicos pertenciam ao terceiro estado, assim como a burguesia, os camponeses, etc.
5. **C**
Durante o período das cruzadas, um dos grandes objetivos católico foi a retomada de Jerusalém, cidade considerada sagrada para muitas religiões. Logo, no mapa, podemos observar a cidade representada no centro do mundo, como algo importante e disputado por todos.
6. **C**
O novo modelo de sociedade inaugurado com o Estado Absolutista foi construído em cima de privilégios nobiliárquicos, onde os grandes beneficiários eram o clero e a nobreza. Enquanto, os tributos eram cobrados do povo, inclusive da burguesia que fazia parte desse grupo heterogêneo.
7. **E**
Maquiavel aconselhava o soberano a balancear o uso da força, a fim de passar a imagem de um governante justo.
8. **A**
Durante a baixa idade média, o renascimento das atividades comerciais e o processo de migração dos campos para os meios urbanos remodelou o convívio social e as formas de defesa e deslocamento do período. Assim, muralhas, pontes e portas passaram a limitar o espaço urbano para evitar saques, ataques e inimigos.
9. **E**
No regime absolutista, o Rei era visto como uma figura sagrada e, muitas vezes, como a encarnação do próprio Estado. Desta forma, para convencer seus súditos do poder real, o governante precisava esconder seus defeitos e construir uma imagem de beleza, glória e força.
10. **A**
No processo de construção dos regimes absolutistas e de consolidação das cortes ao redor do Rei, a formação de hábitos sociais que distinguissem os diferentes estados era fundamental. Portanto, hábitos como o uso de talheres foram difundidos pela Europa entre os nobres para reforçar as diferenças sociais.